

**COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PL 2614/2024)**

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO REGIONAL DO AMAZONAS**

**Data:** 09 de junho de 2025

**Local:** Auditório Viana Pimentel, Manaus/AM

**Horário:** início às 9h31 e término às 12h27



---

O Seminário Regional do Amazonas sobre o PL 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, foi conduzido pelo Deputado Federal **Sidney Leite**, membro da Comissão Especial e coordenador da atividade.

A mesa de abertura contou com a presença dos seguintes convidados:

- Professora **Tanara Lauschner** (reitora eleita da Universidade Federal do Amazonas – UFAM)
- Professor **Márcio Gonçalves dos Santos** (Universidade Estadual do Amazonas – UEA)
- Professor **Valquindar Ferreira Mar Júnior** (Secretário Municipal de Educação de Manaus)
- **Marcus Lúcio de Sousa** (Secretário Municipal de Educação de Tefé)
- **Ana Cristina Pereira Rodrigues** (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM)

- **Nilton Carlos Teixeira** (Coordenador do Fórum Estadual de Educação do Amazonas)
- **Marivalda de Souza Melo** (Secretária Executiva do Conselho Estadual de Educação do Amazonas)
- **Valcileia Maciel** (Prefeita de Manacapuru)
- Professora **Rosângela Santos da Silva** (Pró-Reitora do Instituto Federal do Amazonas – IFAM) e
- **Gabriel Medeiros** (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES).

O Deputado **Sidney Leite** deu início ao seminário abordando os desafios relacionados ao financiamento da educação na Região Norte, destacando a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e a necessidade de ampliar matrículas em tempo integral no Amazonas. Considerou positivo o reajuste do valor per capita do transporte escolar fluvial e apontou a perspectiva de aumento no custeio do IFAM. Enfatizou ainda a necessidade de aprimoramento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de formação continuada de professores e de maior transparência na aplicação dos recursos educacionais, mencionando o Custo Aluno Qualidade Amazônico – CAQ Amazônico como proposta relevante.

O Secretário Municipal de Educação de Manaus, **Valquindar Ferreira Mar Júnior**, destacou que o município pactuou todas as 16 mil vagas ofertadas para tempo integral, embora essa modalidade ainda atinja apenas cerca de 10% dos estudantes. Informou que quase 90% das crianças estão alfabetizadas na idade certa e que há meta local para erradicar o analfabetismo até o próximo ano. Ressaltou a necessidade de dados mais precisos e estratificados (estudantes típicos e atípicos) e propôs o uso de Parcerias Público-Privadas – PPPs para construção e manutenção de escolas. Criticou a exclusão de Manaus do Valor Aluno Ano Resultado – VAAR e relatou os desafios enfrentados com transporte escolar, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, e a falta de repactuação das obras de creches inacabadas.

**Nilton Carlos Teixeira**, Coordenador do Fórum Estadual de Educação do Amazonas, pontuou que o novo Plano Nacional de Educação – PNE deve ser exequível e adaptado à realidade local. Destacou metas importantes do Plano Estadual de Educação – PEE, como educação escolar indígena e conectividade, além da necessidade urgente de professores

licenciados. Relatou que o Amazonas enfrenta grandes lacunas na educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, educação inclusiva e valorização docente. Propôs a constituição dos Fóruns Municipais de Educação como ferramenta para monitoramento e melhoria das metas.

Durante a intervenção da Professora **Tanara Lauschner**, reitora eleita da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, foi enfatizada a importância da inclusão das universidades públicas no PNE, ressaltando seu papel na popularização do ensino e na inclusão de populações diversas. Reivindicou que o financiamento da educação superior conste no plano, destacando a proposta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes de criação de um fundo específico. Apontou ainda a necessidade de ampliação do acesso à internet e à tecnologia, com vistas à implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC Computação.

O Professor **Márcio Gonçalves dos Santos**, da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, tratou da importância da formação de professores, com destaque para áreas como inteligência artificial, letramento digital e educação midiática. Citou a necessidade de concursos públicos para efetivação docente e a relevância das licenciaturas em educação indígena e em educação especial como segundas formações.

**Rosângela Santos da Silva**, Pró-Reitora do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, relatou as dificuldades de financiamento enfrentadas pela Rede Federal, como obras paralisadas há mais de dez anos nos campi de Eirunepé e Tefé, e defendeu o aumento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Lamentou a ausência de previsão, nos concursos públicos, de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

**Marivalda de Souza Melo**, do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, alertou para o risco de um apagão de professores no país, apontando a urgência de pactos interinstitucionais para elevar os índices educacionais e o uso de reuniões remotas para ampliar o alcance da escuta das comunidades.

A Prefeita de Manacapuru, **Valcileia Maciel**, manifestou preocupação com a dificuldade de contratação e qualificação de profissionais, observando que a falta de formação impacta negativamente outros direitos, como o acesso à saúde.

**Ana Cristina Pereira Rodrigues**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM, parabenizou o Amazonas pela realização do debate e levantou preocupações sobre a invisibilidade dos trabalhadores da educação, em especial os profissionais de apoio, criticando a lógica da meritocracia. Defendeu a unificação de nomenclaturas e a manutenção de conquistas históricas como o piso salarial.

**Marcus Lúcio de Sousa**, Secretário Municipal de Educação de Tefé, mencionou a não inauguração do campus do Instituto Federal do Amazonas – IFAM local e as enormes dificuldades de acesso às comunidades, inclusive com lanchas rápidas, reforçando as especificidades do Amazonas.

**Gabriel Medeiros**, representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, reconheceu avanços nos últimos anos, mas frisou a necessidade de garantir a permanência dos estudantes, com estratégias que conduzam ao ensino superior. Defendeu a assistência social e psicológica nas escolas, atenção à zona rural e transparência no uso dos recursos.

Durante a **intervenção da plenária**, destacaram-se as seguintes falas:

- **Vanderlete** (Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Campanha Nacional pelo Direito à Educação) apresentou o caderno de emendas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e destacou a necessidade de metas exequíveis e fortalecimento dos fóruns de educação.
- **Kennedy**, professor da rede estadual, falou sobre a valorização profissional (meta 17), assédio moral, gestão democrática (meta 19) e a importância da escuta das comunidades.
- **Ricardo Miranda**, estudante da Universidade Federal do Amazonas – UFAM representando a União Nacional dos Estudantes – UNE, registrou suas considerações e demonstrou satisfação em participar do debate.
- **Professora Vanessa Antunes**, do sindicato estadual, relatou a precariedade da infraestrutura escolar na região.
- **Bruna Letícia**, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES Amazonas, abordou os impactos das mudanças climáticas sobre os estudantes, especialmente no interior.

- **Gláucia Fonseca** defendeu a regulamentação dos planos de carreira para profissionais da educação não docentes e a valorização dessas categorias.
- **Professor Alva Rosa**, presidente do Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas, destacou os altos índices de evasão no ensino fundamental II e médio e propôs formação de professores indígenas em seus próprios territórios, além de uma consulta virtual sobre PL 2.614, de 2024.
- **Fernanda Quintino**, representante do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e pesquisadora do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, denunciou que professores formados pelo programa estão fora da sala de aula por arranjos políticos e defendeu a redução de carga horária para viabilizar a formação em serviço.
- **César Mayuruna**, ex-vereador de Atalaia do Norte, lamentou a ausência de estrutura para educação indígena e pediu valorização dos profissionais locais.
- **Silvia**, professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e pesquisadora do financiamento educacional, criticou a insuficiência dos valores atuais do Fundeb e defendeu a inclusão do financiamento da educação superior no PNE.
- **Amarildo Barreto**, da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – Semed, relatou as dificuldades de execução do plano municipal e a necessidade de repactuar metas.
- **Edelson Penaforte**, da Secretaria Municipal de Educação de Japurá – Semed Japurá, mencionou a pressão sobre os municípios para ampliar vagas em creches sem repactuação de obras, dificuldades com o Valor Aluno Ano Resultado – VAAR e a exigência da BNCC Computação.
- **Wellington Santana** apontou a falta de abertura das escolas à participação familiar e apoio insuficiente aos professores no atendimento a estudantes do Atendimento Educacional Especializado – AEE.
- **Vereador Raimundo Conde**, de Manacapuru, defendeu a expansão do ensino técnico rural, reconhecimento das particularidades regionais pelo Ministério da Educação – MEC e o respeito às escolhas indígenas.
- **Otávio Farias**, prefeito de Novo Airão, relatou a valorização dos profissionais da educação em seu município, com plano de carreira estruturado, e solicitou a retomada de obras repactuadas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Na fala final, o Deputado **Sidney Leite** reiterou os desafios da educação indígena, a falta de professores no ensino médio, o não pagamento do piso em vários municípios, a necessidade de manutenção da contribuição federal ao Fundeb e os riscos da reforma tributária para o financiamento educacional. Destacou a importância de considerar as especificidades da Amazônia na formulação do novo Plano Nacional de Educação e encerrou os trabalhos.

